



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008665-68.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Julio Cesar Neves**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

JÚLIO CÉSAR NEVES (R.G. 26.651.529), com dados qualificativos nos autos, foi pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, "caput", do Código Penal e artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10826/03, porque no dia 21 de outubro de 2013, por volta de 00h01, na Rua Manoel M. Carlos Pinto, nº 140, Jardim Pacaembu, nesta cidade, matou, a tiro de revólver, **Rodinei Aparecido Antonio Demédio**, como prova o laudo de exame necroscópico de fls. 84/86, bem como possuía, no período de outubro de 2012 a outubro de 2013, um revólver calibre 38, marca Taurus, com numeração suprimida e sem autorização da autoridade competente, em desacordo com determinação legal.

Na data de hoje, submetido a julgamento do Tribunal do Júri, os Senhores Jurados rejeitaram todas as teses que foram defendidas em favor do réu e em relação aos dois delitos, condenando-o nos termos da pronúncia.

Atendendo a esta deliberação do Conselho de Sentença, passo a fixar a pena ao réu.

Considerando todos os elementos formadores do artigo 59, do Código Penal, que o réu, apesar de registrar antecedentes, deve ser verificado também o comportamento reprovável da vítima, razão pela qual estabeleço a pena-base para ambos os crimes no respectivo mínimo, ou seja, em seis anos de reclusão para o homicídio e três anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo, para o crime de posse ilegal de arma com numeração suprimida. Deixo de impor modificação da segunda fase porque se existe a agravante da reincidência (fls. 129), também há em favor do

0008665-68.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

réu a atenuante da confissão espontânea, devendo uma circunstância compensar a outra.

CONDENO, pois, **JÚLIO CÉSAR NEVES** à pena de **seis (6) anos de reclusão**, por ter infringido o artigo 121, "caput", do Código Penal e à pena de **três (3) anos de reclusão e dez (10) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 16, § único, inciso IV, da Lei 10826/03.

Como o réu é reincidente, deverá iniciar o cumprimento das duas penas no **regime fechado**. Estando preso preventivamente, assim deverá continuar, especialmente agora que está condenado, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se-o na prisão em que se encontra.

Sendo beneficiário da assistência judiciária gratuita, deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária.

Dá-se a presente por publicada em plenário.

Registre-se e comunique-se.

São Carlos, Sala Secreta das Decisões do Tribunal do Júri, aos 24 de novembro de 2014, às 19h40.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**